



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0000871-64.2012.8.26.0566
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto (art. 155)
 Documento de Origem: IP - 363/2011 - 2º Distrito Policial de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: Alex de Souza
 Vítima: Fabiano Almeida de Brito

Aos 05 de dezembro de 2013, às 14:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Drº **Rafael Amâncio Briozo – Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu Alex de Souza, acompanhado de defensor, o Drº **Danilo Mendes Silva de Oliveira - Defensor Público**. A seguir foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Pelas partes foi dito que desistia da inquirição do policial militar Arnaldo Coelho Rocha Filho, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** "MM. Juiz: Alex de Souza, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, do CP. A denúncia foi recebida em 18.02.13 (fls.66). Citado (fls.103vº). O réu apresentou resposta à acusação (fls.105/106). Durante a instrução, foi ouvida a vítima e uma testemunha arrolada pela acusação, sendo o réu interrogado ao final. A ação deve ser julgada procedente. A materialidade do delito está comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls.07, auto de avaliação de fls.47 e pela prova testemunhal ouvida em juízo. Inconteste também a autoria. Ouvido em juízo, como nas mais vezes ocorre, o réu negou a prática do crime. Disse que já conduziu a motocicleta subtraída, por ser amigo do seu proprietário. Mas negou que a dirigisse no dia dos fatos ou que a tenha subtraído. Sua versão, contudo, vai de encontro com a prova produzida durante a instrução processual. A vítima foi ouvida em juízo, e em nenhum momento disse conhecer o réu ou ser seu amigo. Se a versão do réu fosse verdadeira ou tivesse ele acesso mesmo a motocicleta, o proprietário da moto não teria registrado a ocorrência do furto. Ademais, o policial militar André Pelarin Gonçalves, afirmou categoricamente que o réu trafegava com a motocicleta pela via pública, sem capacete, e por isso tentou abordá-lo. Mas o réu empreendeu fuga, conseguindo fugir, abandonando a motocicleta. A testemunha também disse que já conhecia o réu de outras abordagens e ocorrências e que por isso o reconhecia sem sombra de dúvidas. Não há motivo para que o policial queira incriminar falsamente o réu. Que, aliás, é



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

contumaz praticante de crime contra o patrimônio, e que é sintomático. Assim, praticou o réu fato típico e ilícito, inexistindo causas excludentes da ilicitude ou dirimentes da culpabilidade, a condenação é de rigor. O réu ostenta maus antecedentes (fls.121), de modo que a pena-base deve ser fixada acima do patamar mínimo. A pena ainda deverá ser agravada diante da comprovada reincidência do réu (fls.116). A reincidência do réu impede a conversão da pena restritiva de liberdade, suspensão condicional da pena e o impõe o regime inicial fechado para o seu cumprimento. Diante do exposto, insisto no pedido de condenação do réu, nos exatos termos da denúncia. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: As provas produzidas no processo não são suficientes para ensejar a condenação. Confrontando pessoal e diretamente o depoimento das única testemunha ouvida em juízo, o acusado negou categoricamente a prática do crime. O acusado de forma convincente expos que seguramente este processo existe em razão de suas anteriores passagens criminais. O sistema criminal brasileiro não incumbe ao acusado registrar sua inocência, e sim ao órgão acusador demonstrar a responsabilidade penal do acusado. No presente caso o único depoimento colhido não se mostra forte o suficiente para ensejar a condenação, registrando-se que poderia ter havido depoimentos de outras pessoas que não foram arroladas ou ouvidas em juízo. Se houvesse sido produzido nos autos conjunto probatório mais robusto, poderia ser que a prática do fato criminoso pudesse ser imputado ao acusado. Todavia não é o caso. A versão do réu de que mais pessoas utilizavam os veículos da vítima também é convincente, e não foi afastada pela prova acusatória. Ante o exposto, requer-se a absolvição do acusado. Subsidiariamente, e considerando que o requerido já cumpre outras penas, e que demonstra já estar sendo devidamente repreendido pelo fatos anteriores, não se justificaria neste caso condenação severa, de tal modo que em caso de condenação, requer-se pena mínima e regime não mais gravoso que o semiaberto. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. Alex de Souza, qualificado as fls.44/45, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, *caput*, do CP, porque em 07.12.2011, por volta de 19h50, na rua Natalino Mastrofrancisco, 1400, Boa Vista, em São Carlos, subtraiu para si, uma motocicleta Honda/CBX, placas CFJ 8071, Rio Claro/SP, de propriedade da vítima Fabiano Almeida de Brito. Recebida a denúncia (fls.66), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.107). Em instrução foi ouvida a vítima (fls.163) e hoje, em continuação, foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu, havendo desistência quanto ao policial militar faltante. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, observando a reincidência. A defesa pediu a absolvição por falta de provas. Em caso de condenação, pena mínima, com regime semiaberto. **É o Relatório. Decido.** O policial André Gonçalves, no inquérito (fls.16), disse que patrulhava junto com seus colegas policiais na rua Desembargador Júlio de Faria quando viram o réu, pessoa já conhecida dos meios policiais, dirigindo a moto mencionada na denúncia. O réu conseguiu parar a moto e fugir à pé. Então os policiais constataram que se tratava de objeto furtado. Em juízo, a vítima disse que a moto estava em seu poder, na casa de um amigo e, diante do sumiço da moto, solicitou auxílio à polícia para localiza-la, sendo o bem recuperado dois ou três dias depois. A versão é compatível com o boletim de ocorrência (fls.03/04). Já no boletim de ocorrência consta que o autor do delito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

seria um tal de Alex, indicado como o responsável pelo furto por uma mocha chamada Elisabeth. No inquérito, a vítima (fls.13) declarou que a moto foi furtada e por isso chamou a polícia e registrou a ocorrência. O policial hoje ouvido, André Gonçalves, confirmou a versão do inquérito, dizendo que a moto estava na posse do réu, que fugiu à pé, e abandonou a moto. A versão do réu está distanciada da prova e não pode ser acolhida. Nada há a descaracterizar a versão do policial militar, compatível até mesmo com o registro do furto (fls.03/04). O réu foi encontrado na posse do bem e este fato representa, no caso, prova suficiente de autoria, diante do acima referido. A condenação é de rigor. O réu é reincidente específico (fls.116). Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Alex de Souza como incurso no artigo 155, *caput*, c.c. art.61, I, do C.P. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando a existência de condenações diversas daquelas que geram a reincidência e configuram, as primeiras, tão somente maus antecedentes (fls.121, 101), fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, calculados cada um no mínimo legal. Pela reincidência, aumento a sanção em um sexto, perfazendo a **pena definitiva de 01 (um) ano, 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão, mais 12 (doze) dias-multa**, no mínimo legal. Considerando que o réu tem várias condenações anteriores e uma reincidente, tudo indicando ausência de ressocialização e persistência no ilícito, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a prevenção e reprovação da conduta, vedada a concessão do *sursis* ou pena restritiva de direitos, os termos do artigo 77, I, e 44, II, c.c. 44, §3º, do CP. O réu não está preso por este processo. Não há necessidade da decretação da prisão preventiva. Após o trânsito em julgado, será expedido mandado de prisão. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Solicite-se a devolução da precatória expedida (fls.169), independentemente de cumprimento. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se, cumpra-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):